



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

CONCLUSÃO

Em 04/02/2014 10:27:59, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0022214-19.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **Karam e Cassinelli Ltda Epp**
 Requerido: **Banco do Brasil**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Karam & Cassinelli Ltda. EPP (constou da inicial Karam e Cassinelli Ltda EPP) move ação em face do **Banco do Brasil S/A**, dizendo ser titular da conta corrente nº 7737927-0, agência 0428. O réu negatizou o nome da autora por suposto inadimplemento de dívida vinculada àquela conta. Pretende a revisão do contrato bancário firmado com o réu. Este lhe cobrou juros remuneratórios superiores a 1% ao mês. O réu não demonstrou ter autorização do CMN para exigir juros acima desse limite. O réu exigiu ainda juros remuneratórios pelo critério da capitalização mensal, o que viola a Súmula 121 do STF. Cumulou comissão de permanência, juros moratórios e multa, violando a Súmula 30 do STJ. Graças a esse injusto expediente, o réu pretende enriquecer-se sem causa em prejuízo do consumidor. Aplicável à espécie o CDC. Com a negativação do nome da autora em bancos de dados, o réu lhe causou danos morais, que são passíveis de indenização. Pede a procedência da ação para declarar o direito da autora em quitar os contratos vinculados à referida conta corrente, com juros de 12% ao ano, reconhecendo a abusividade dos juros excedentes a esse limite; seja declarado o direito da autora de pagar a dívida mediante a adoção do critério linear de exigência dos juros remuneratórios; o réu deverá ser condenado a restituir à autora os valores recebidos a maior;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

condenar o réu ao pagamento de indenização por danos morais; cancelar as negativas do nome da autora em bancos de dados. Documentos às fls. 20/28. A antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional foi indeferida à fl. 31vº.

O réu foi citado e contestou às fls. 37/52 alegando carência da ação e falta de interesse de agir. A inicial ressurte-se da ausência de causa de pedir, sendo inepta. Não se aplica o CDC à espécie. Os juros remuneratórios não se limitam às taxas de 12% ao ano, consoante a Súmula 596 do STF. Não praticou abusividade alguma. Inexistiu dano moral. Improcede a ação.

Réplica às fls. 60/62. Documentos exibidos pelo réu à fls. 86/329.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, consoante o inciso I, do art. 330, do CPC.

As provas essenciais para o desate do litígio são as documentais e estão nos autos. A matéria foi submetida ao debate amplo, de modo que as alegações genéricas, destituídas de fundamentação objetiva, não constituem razão suficiente para determinar a realização de perícia contábil.

A inicial não se ressurte de inépcia alguma. Está suficientemente estruturada e possibilitou ao réu o exercício amplo do direito constitucional de defesa.

A autora está provida de interesse de agir. Apresentou fundamentos objetivando a revisão dos contratos bancários firmados com o réu. Sustentou ter sido vítima do abuso de direito praticado pelo réu que teria exigido taxas de encargos remuneratórios acima do previsto na lei. Essas alegações, em princípio, justificam a propositura da ação revisional. Afasto ambas as preliminares.

As partes celebraram, originariamente, o contrato de abertura de conta corrente, conta investimento e conta poupança ouro e/ou poupança poupex – pessoa jurídica (fls. 87/88). Na sequência, firmaram os contratos especificados às fls. 86 e cujas cópias constam de fls. 90/123. Não houve estipulação específica de juros remuneratórios, mas as cláusulas contratuais explicitam que essas taxas seriam as praticadas pelo banco à data da utilização do crédito disponibilizado à autora. Os extratos de fls. 124/329 revelam os valores cobrados pelo réu a título de juros remuneratórios ou encargos moratórios. A autora não questionou as taxas de juros remuneratórios



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

que poderiam ter extrapolado a média dos juros ou encargos remuneratórios identificada pelo BACEN no mercado financeiro ao tempo da celebração dos contratos ou da efetiva utilização do numerário disponibilizado na conta corrente da mutuária-autora. O TJSP tem julgados nesse sentido. A título de exemplo, o v. acórdão proferido na Apelação nº 0001623-45.2013.8.26.0002, j. 11.02.2014, relator desembargador Israel Góes dos Anjos: “a fixação da taxa de juros em valor superior à taxa média de mercado por si só, não implica abusividade. Impõe-se sua redução, tão somente, quando comprovado que discrepantes em relação à taxa de mercado ou quando não haja previsão contratual da taxa mensal dos juros, o que não ocorreu”. A autora silenciou a respeito desse tema. De se lembrar do disposto na Súmula 381 do STJ, plenamente aplicável à espécie.

A autora sustentou que não cabem juros remuneratórios além de 1% ao mês ou 12% ao ano. Incide na hipótese vertente dos autos a Súmula 596 do STF. Não se aplica o limite de 12% ao ano como previsto na Lei da Usura. A própria Súmula Vinculante nº 7 do STF, exorcizou eventuais dúvidas que a questão anteriormente suscitava. O STJ, na esteira desse entendimento, consagrou o enunciado nº 382 de sua Súmula: “A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade”.

Quanto à capitalização mensal dos juros remuneratórios, tem previsão nos contratos. Estes foram celebrados a partir de 2009. Não há vedação a essa capitalização, disciplinada que fora pela Medida Provisória nº 1963/17-200 e pela Lei nº 10.931/04, que permite a capitalização até mesmo diária, contanto que expressamente ajustada.

A inicial não cuidou de melhor elucidar se o débito contratual efetivamente se sujeitou à capitalização mensal dos juros remuneratórios. Sua tese se desenvolveu numa perspectiva de pura generalidade.

Por força da Medida Provisória n. 1963-17/2000, passou a ser admitida a capitalização dos juros remuneratórios em períodos inferiores a um ano, sendo necessário que ela tenha sido expressamente contratada, tal como o foi no contrato celebrado entre as partes, daí sua exigibilidade (STJ – AgRg no REsp 781.291/RS, 3ª Turma, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJU 6.2.2006, AgRg no REsp 734.851/RS, 4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU 23.5.2005, Edcl no REsp 998.782/DF, 4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU 31.8.2009, AgRg 670.669/RS, 4ª Turma, Rel. Min. Honildo Amaral de Melo Castro (Des. Convocado do TJ/AP), DJE 2.2.2010, AgRg 1.089.680/SC, 4ª Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJU 24.5.2010, AgRg 1.051.709/SC, 4ª Turma, Rel. Min. João Otávio Noronha, DJU 19.8.2010, AgRg 880.897/DF, 3ª Turma, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJU 14.9.2010).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Em julgados mais recentes o STJ tem ainda entendido que: "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" (REsp n. 973827/RS, Relatora para o acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 8/8/2012, DJe 24/9/2012). Precedente representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC).

Portanto, legítima a exigibilidade dos juros remuneratórios pelo critério da capitalização mensal. O CDC exige transparência e explicitude nos contratos e o referido contrato satisfaz esse princípio de direito consumerista.

Examinando os contratos e os extratos providenciados pelo réu para os autos, constata-se que em momento algum este cumulou taxas de comissão de permanência com juros moratórios e multa. A autora mais uma vez pautou-se por alegação genérica, não cuidando de demonstrar o fato.

A autora também não trouxe demonstrativos de ter pago valores além do que seria devido. O ônus da prova (inciso I, do art. 333, do CPC) era da autora. Esta deixou de demonstrar, na inicial, valores que teria pago a maior. A alegação genérica, desacompanhada de operação aritmética, e sua correlação com os documentos pertinentes (contratos e extratos) revela a inconsistência da pretensão. A negatificação do nome da autora em bancos de dados se deu lastreada em um fato determinado, qual seja, o inadimplemento da obrigação contratual. Significa que o réu agiu no exercício regular de seu direito. Consequentemente, o réu não produziu dano moral algum à autora. Esta nem sequer cuidou de exibir documento capaz de demonstrar que teve o nome negativado. O ônus da prova era da autora e desde o início da demanda era-lhe possível a obtenção e exibição desse documento nos autos. A parte não tira proveito dessa sua omissão. Trata-se de documento ao alcance da parte, por isso tinha como exibi-lo nos autos sem a intervenção ou requisição judicial.

JULGO IMPROCEDENTE A AÇÃO. Condeno a autora a pagar ao réu, 15% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa, incidindo correção monetária desde a data da propositura da ação, além das custas do processo e as de reembolso.

Depois do trânsito em julgado, intime-se o réu para, em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

10 dias, apresentar o requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada material. Assim que apresentado esse requerimento, intime-se a autora para, em 15 dias, pagar o custo do processo especificado na parte dispositiva desta sentença, sob pena de multa de 10%, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito e custas ao Estado de 1%. Caso não haja pagamento, intime-se o réu para, em 10 dias, indicar bens à penhora.

P.R.I.

São Carlos, 14 de fevereiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**